

## VITÓRIA DA CATEGORIA NO PROCESSO DAS HORAS-EXTRAS

Cagece deve começar a efetuar os pagamentos no final de outubro. Confira os detalhes.

**Página 2**

## HORA DE MOSTRAR NOSSA POSIÇÃO!

# Sindiagua consegue audiência pública para debater ameaça de privatização disfarçada de PPP no saneamento

Será realizada no dia 15/09, às 14h, uma audiência pública conjunta da Assembleia Legislativa do Ceará e da Câmara Municipal de Fortaleza sobre os possíveis impactos de uma privatização por meio da PPP no setor de saneamento em nosso Estado. A audiência - provocada pelo Sindicato e convocada pelo deputado estadual Elmano Freitas e pelo vereador Acrísio Sena - será realizada no complexo das comissões da Assembleia Legislativa.

"A sociedade tem o direito de debater um tema que diz respeito a todos. A intenção do Governo do Estado de se alinhar ao Governo Temer na política de privatização/PPP do setor de saneamento é preocupante. Já cobramos diversas vezes uma reunião com o Governador para discutir o assunto e não tivemos

qualquer retorno. Uma reunião que ele mesmo, pessoalmente, se comprometeu em fazer conosco durante uma visita à Cagece no mês abril", destaca Jadson Sarto, presidente do Sindiagua.

A audiência contará com uma palestra do professor e pesquisador José Esteban Castro, doutor em Ciência Política pela Universidade de Oxford; coordenador da Rede Internacional WATERLAT-GOBACIT dedicada à pesquisa e docência sobre política e gestão da água. Esteban virá da Argentina a convite do Sindiagua e apresentará dados de estudos que comprovam que a política de privatizações é um modelo falido e ultrapassado. Uma entrevista com o pesquisador foi feita pelo Sindiagua e publicada nesta edição.

Além do presidente do Sindiagua, estão sendo convidados para também compor a mesa da audiência o Governador do Estado, o Prefeito de Fortaleza, as presidências da Cagece e da Cogerh, a Secretaria das Cidades e representantes da CTB, CUT,



*Direção do Sindiagua e categoria em uma das mobilizações contra privatização/PPP do saneamento*

DIEESE e de movimentos populares, sindicais e sociais.

"É o momento oportuno para a categoria marcar presença e mostrar sua indignação e posição contrária a qualquer forma de privatização da água. Só conseguiremos barrar esse absurdo com mobilização, união e participação dos trabalhadores que, juntamente com a sociedade, podem pressionar e fazer o Governador retirar o Ceará do programa de privatizações do governo Temer, assim como foi feito no Rio Grande do Norte e na Paraíba", reforça Jadson Sarto, presidente do Sindiagua.

Durante a audiência, o Sindiagua lançará uma cartilha que apresenta os principais prejuízos de uma privatização da água disfarçada de PPP.



*A direção do Sindiagua foi à assembleia cobrar a aprovação do requerimento da audiência pública*

# VITÓRIA DO SINDIAGUA E DA CATEGORIA!

## Cagece apresenta proposta para pagamento do processo de horas-extras

**Trabalhadores têm até 30/09 para aderir à proposta de pagamento.  
As primeiras parcelas devem começar a ser pagas no final de outubro.**

Depois de muita luta, finalmente a Cagece destravou o processo de horas-extras ganho na Justiça pelo Sindiagua e pelos trabalhadores(as). Houve muito debate entre o Sindicato e a empresa até ser costurada uma proposta de pagamento aos 772 cageceanos que haviam sido prejudicados e agora, com ação judicial do Sindiagua, saíram vitoriosos. Ao todo, o valor a ser pago pela Companhia chega a R\$4,5 milhões. "Foi uma luta árdua, mas foi feita a justiça e conseguimos vencer essa batalha. Esse dinheiro com certeza vai ajudar esses trabalhadores, especialmente nesse momento de dificuldade do País", ressalta Jadson Sarto, presidente do Sindiagua.



Inicialmente, a Cagece propôs pagar 80% do valor devido em até 14 parcelas. A direção do Sindiagua entrou em cena, discordou e, depois de muita insistência da entidade, a empresa concordou em pagar 90% com parcelamento máximo de 9 meses (a depender da quantia devida a cada empregado). A adesão à proposta de pagamento é individual. Os trabalhadores que concordarem devem procurar o Sindiagua na sede ou através de um dos representantes locais da base até o dia 30/09. No fechamento desta edição, aproximadamente metade dos trabalhadores havia aderido à proposta. A entidade lembra que 10% do valor pago precisa ser

destinado aos honorários do escritório de advocacia contratado pelo Sindiagua para dar entrada na ação judicial e acompanhar o processo. "A demora em resolver valeu a pena, porque conseguimos impedir que a Cagece retirasse 20% do valor devido", lembra Jadson.

A ação foi apresentada pelo Sindiagua logo quando a entidade percebeu que a Cagece estava calculando o valor das horas-extras de forma errada, prejudicando os trabalhadores. Denunciado o erro, a empresa foi obrigada a corrigir o pagamento a partir de 2011. O período retroativo entre os anos 2005 e 2011 foi então decidido na Justiça, com vitória da categoria.

### Confira o detalhamento da proposta de pagamento da Cagece:

**Inicialmente a empresa propôs pagar 80% do valor devido em até 14 parcelas. A direção do Sindiagua discordou e a Companhia apresentou proposta de pagar 90% em até 9 meses.**

- a) os substituídos com crédito até a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) receberão o valor correspondente em parcela única;
- b) os substituídos com crédito de R\$ 2.001,00 (dois mil e um reais) até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), em duas parcelas;
- c) os substituídos com crédito de R\$ 4.001,00 (quatro mil e um reais) até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), em três parcelas;
- d) os substituídos com crédito de R\$ 6.001,00 (seis mil e um reais) até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), em quatro parcelas;
- e) os substituídos com crédito de R\$ 8.001,00 (oito mil e um reais) até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em cinco parcelas;
- f) os substituídos com crédito de R\$ 10.001,00 (dez mil e um reais) até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em seis parcelas;
- g) os substituídos com crédito de R\$ 15.001,00 (quinze mil e um reais) até R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), em sete parcelas;
- h) os substituídos com crédito de R\$ 18.001,00 (dezoito mil e um reais) até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em oito parcelas;
- i) os substituídos com crédito acima de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em nove parcelas.

Desde já, nos disponibilizamos para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,  
  
 Nourisângelo C. de Freitas  
 Diretor-Presidente

## SANHA PRIVATISTA

# Governo Temer quer entregar água da transposição do Rio São Francisco à iniciativa privada

O governo Temer (e a iniciativa privada que literalmente tem sede de recursos hídricos) não mede esforços para entregar a nossa água. Como se já não bastasse tentar privatizar o setor de saneamento do Brasil, agora o alvo são as operações da transposição do Rio São Francisco, uma das maiores obras de infraestrutura do país. Em entrevista à imprensa, o ministro da Integração, Helder Barbalho, confirmou que o projeto será elaborado pelo BNDES e ficará pronto em 2018. Com isso, os Estados terão que pagar pela água, certamente um valor muito alto que será sentido pela população.

"É uma sede privatista sem limites. É preciso combater esse modelo perverso. Estão entregando o Brasil ao poder econômico", critica Jadson Sarto, presidente do Sindiagua.

## AMAZÔNIA TAMBÉM NA MIRA

Outra medida absurda do Governo Temer que causa indignação é o recente decreto que pretende extinguir uma importante reserva na Amazônia. O governo quer permitir a exploração de mineradoras dentro de um dos maiores patrimônios ambientais do mundo, o que afetará nossa maior área florestal, além de reservas indígenas. A Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca) foi criada em 1984 e tem mais de 4 milhões de hectares, aproximadamente o tamanho da Dinamarca. Após forte pressão da opinião pública, da sociedade e de personalidades, houve uma falsa tentativa de recuo do governo ao revogar o decreto, mas, pouco depois, outro foi publicado o que, na prática, não muda nada. Por enquanto, uma liminar da Justiça suspende o absurdo.



Rogério Reis. Tyba. Greenpeace

## ENTREVISTA - JOSÉ ESTEBAN CASTRO

A direção do Sindiagua convidou o Professor Doutor e pesquisador José Esteban Castro para dar uma palestra sobre os impactos da privatização/PPP no setor de saneamento durante a audiência pública que será realizada na Assembleia Legislativa, no dia 15/09. Esteban vai apresentar dados de pesquisas internacionais que comprovam que a política de privatizações/PPP é um modelo falido. O Folha Sindiagua entrevistou o professor e publicamos aqui um recorte. A íntegra da entrevista está no site do Sindiagua ([www.sindiagua.org.br](http://www.sindiagua.org.br)). Vale a pena conferir.

### As experiências existentes no mundo apontam que privatizar o setor de saneamento traz prejuízos às populações. De que forma?

Se considerarmos a evidência histórica, a pergunta deveria ser “por que eles insistem em privatizar os serviços de saneamento, se a história dos países desenvolvidos demonstra que essa política é falida?”. A história do desenvolvimento dos serviços de saneamento nos países que conseguiram resolver o problema de universalizar o acesso, como nos países da Europa ocidental, os Estados Unidos, etc., tem lições importantes que não são discutidas na América Latina com suficiente profundidade. Quando esses serviços foram desenvolvidos - originalmente em países como Inglaterra, França ou, posteriormente Estados Unidos - se entendia que ter água na torneira era somente para os setores mais ricos da população; o serviço de água era considerado um serviço mercantil, um contrato entre uma empresa privada e um cliente privado. Esse enfoque privatista prevaleceu até fim do século 19 nesses países, mas teve que ser substituído por um novo tipo de gestão, porque ele não atendia às grandes necessidades das populações, especialmente das camadas mais pobres. O Estado teve que assumir o controle para garantir a universalização do acesso. Por exemplo, na Cidade de Londres, um governo do Partido Conservador criou uma empresa pública de saneamento no ano 1902, terminando com a privatização dos serviços, já que esse modelo não dava conta das necessidades da população. A partir da década de 1980 temos assistido a um retorno das políticas privatistas no setor de saneamento. Precisamente, já temos muita evidência também dos impactos dessas políticas, que foram implementadas em muitos de nossos países. Entre os principais problemas identificados deve-se destacar:

- 1) O caráter não democrático dos processos de privatização: em geral, as decisões de privatização, têm sido tomadas contra a vontade das grandes majorias, sem consulta e, certamente, sem mecanismos adequados de monitoramento;
- 2) Os elevados níveis de corrupção: lamentavelmente, apesar da evidência de corrupção em grande escala nas privatizações realizadas desde a década de 1980 em nossos países, incluído Brasil, esse tema não parece atrair ações na justiça, como tem acontecido com outros processos de corrupção mais recentes;
- 3) A não solução dos graves problemas do setor: as pesquisas demonstram que as empresas privadas, como é de esperar, se concentram nas áreas que são comercialmente viáveis (normalmente nas cidades mais ricas, ou nos setores mais ricos das cidades). Também, um dos argumentos utilizados na década de 1990 para promover as privatizações era que o Estado não podia investir e, portanto, era necessária a participação privada, já que os empresários iriam contribuir com o investimento requerido para resolver os problemas que afetam o setor. Esse argumento falacioso rapidamente ficou exposto como uma mentira, já que o investimento privado nunca chegou na escala prometida.
- 4) O aumento dos conflitos sociais, devido aos impactos dessas políticas, sobretudo nas populações mais pobres. Aumentos de tarifas não justificáveis, orientados a

garantir o lucro dos acionistas das empresas privadas e não dirigidos a realizar os investimentos necessários para garantir um acesso universal aos serviços, têm sido uma das causas recorrentes de conflito. A má qualidade dos serviços e a falta de regulação adequada tem sido também uma causa regular de conflito. A privatização visa transformar o acesso aos serviços de saneamento numa transação comercial, anulando a ideia de que existe um direito de cidadania a esse acesso.

É importante destacar que o fracasso das privatizações da década de 1990 levou inclusive a instituições como o Banco Mundial a reconhecer o problema, como destacou o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2004. No documento o Banco afirmou que é um equívoco “concluir que o governo deveria desistir e deixar tudo para o setor privado”. Também, em 2003, o Diretor do escritório do Banco Mundial no Brasil, Vinod Thomas, declarou que “quando há o risco de a privatização criar um monopólio, é melhor deixar o Estado cuidar do serviço”.



Esse argumento falacioso (de que empresas privadas podem resolver os problemas do saneamento) rapidamente ficou exposto como uma mentira, já que o investimento privado nunca chegou na escala prometida.



### Como você avalia a atual política do governo brasileiro de, através de um programa de privatizações financiado pelo BNDES, fazer com que a iniciativa privada explore o setor de saneamento nos estados?

É muito preocupante. Os governos têm responsabilidade de garantir acesso universal a serviços de qualidade, e a política de privatizações não responde a esse objetivo. De fato, ao implementar essa política, o governo brasileiro arrisca o futuro do próprio setor do saneamento no país, com impactos negativos potencialmente graves sobre os setores mais vulneráveis. Me limito aqui a citar novamente as fontes do Banco Mundial referidas anteriormente, que não são suspeitas de estar contra as privatizações, mas alertaram que o Estado deve ter o papel determinante, tanto nos investimentos como na provisão dos serviços, já que o setor privado não pode ser responsabilizado pelo fornecimento de serviços essenciais. Nenhum país do planeta resolveu o problema privatizando, e, portanto, acho que a política de privatizações massivas do governo brasileiro deve ser reconsiderada, pois se corre um grave risco de aprofundar as condições de vulnerabilidade da população e exacerbar as desigualdades e injustiças no país, que já são extremamente elevadas.



José Esteban Castro é pesquisador principal do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas da Argentina, Professor Emérito da Universidade de Newcastle (Reino Unido) e Coordenador da Rede WATERLAT-GOBACIT ([www.waterlat.org](http://www.waterlat.org))

### Estudos internacionais apontam que, nos últimos 17 anos, 267 cidades do mundo reestatizaram sistemas de água e esgoto após os péssimos resultados das privatizações. O Brasil estaria na contramão de uma tendência mundial de reestatização?

Efetivamente, existe uma tendência muito clara a reverter processos de privatização e voltar a colocar as empresas que tinham sido privatizadas no setor público. No Reino Unido, onde os serviços de saneamento da Inglaterra foram privatizados em 1989 pela Primeira Ministra Margaret Thatcher, o Partido dos Trabalhadores (Labour Party) - que atualmente lidera as intenções de voto no País - tem anunciado o cancelamento das privatizações. Um caso muito significativo foi a privatização dos serviços de saneamento na cidade de Buenos Aires, privatizados em 1993, com resultados desastrosos. Os serviços voltaram ao setor público no ano 2006, por decisão do governo nacional, sobre a base dos relatórios do regulador que demonstrou a ineficiência e a falta de cumprimento com os contratos de parte da empresa privada. Outro caso notável é o da cidade de Paris, onde foi cancelado o contrato de privatização e os serviços voltaram a mãos públicas recentemente. Temos também muitos outros casos ressonantes, como o cancelamento da privatização dos serviços de saneamento em Berlim, Alemanha; em Atlanta, nos Estados Unidos, e muitas outras cidades em vários continentes. Neste momento, está se dando um processo massivo de remunicipalização de serviços de saneamento que tinham sido privatizados na Espanha e também em Portugal. Certamente pode-se concluir que o Brasil está na contramão de uma tendência mundial e, ao menos neste caso, eu acho que não é uma política adequada para o país, pelo contrário, acho que pode trazer consequências negativas muito graves.

### No Ceará, o Governo do Estado garantiu que não vai privatizar a Cagece, mas aderiu ao Programa de Privatizações do BNDES e estuda a possibilidade de uma PPP (Parceria Público Privada) nas regiões metropolitanas de Fortaleza e do Cariri (justamente as áreas de maior densidade populacional). Uma PPP pode também trazer consequências negativas semelhantes às de uma privatização convencional?

O modelo das PPPs surgiu em boa medida como uma resposta ao fracasso do modelo de concessões de longo prazo que caracterizou a etapa das privatizações dos anos 1990. É importante clarificar uma coisa, porque é fácil de gerar confusão: não se deve confundir participa-

ção do setor privado com PPPs, que são uma das múltiplas formas em que o setor privado participa no setor de serviços públicos, incluído o de saneamento. Tem PPPs que de fato são uma nova forma de privatização, embora os governos e as instituições neguem isso. Nessas PPPs, o setor privado não investe, como tampouco investe nas privatizações por concessão ou contrato, mas tem garantido o lucro privado e, muito frequentemente, também tem garantido o controle estratégico privado do processo. Nesses casos, o Estado se desresponsabiliza, transfere a responsabilidade a um ator privado, que obviamente representa os interesses de seus acionistas, não os interesses da cidadania, muito menos os interesses das parcelas mais pobres da população. Além disso, fica claro pela experiência recente na América Latina, e no Brasil particularmente, que as PPPs são uma nova fonte de irregularidades, muito difíceis de serem controladas pelo governo e pela cidadania, sobretudo no que corresponde aos processos massivos de corrupção. Como já disse antes, e como o próprio Banco Mundial reconheceu, nenhum país do planeta resolveu a provisão de serviços públicos essenciais com caráter universal sem que seja o Estado o ator central na organização, financiamento, e provisão direta desses serviços, sobretudo quando se trata de alcançar as populações pobres, vulneráveis, que não são atrativas para as empresas privadas. Quando o Estado entrega ao setor privado a prestação de serviços públicos nas áreas nobres e nas áreas que têm boa arrecadação, o que acontece com muitas PPPs, o resultado é o aprofundamento das grandes desigualdades e injustiças já existentes, um retrocesso no processo de democratização, retirando direitos da cidadania e afetando a própria capacidade do Estado para intervir e reduzir os impactos negativos que afetam aos setores ainda não atendidos pelos serviços públicos essenciais.



O próprio Banco Mundial reconheceu que nenhum país do planeta resolveu a provisão de serviços públicos essenciais com caráter universal sem que seja o Estado o ator central, sobretudo quando se trata de alcançar as populações pobres

**A política de privatizações adotada no período neoliberal do final dos anos 1990 e início dos anos 2000 no Brasil ganhou ao longo do tempo um certo nível de rejeição da população brasileira. A PPP seria uma forma de privatizar, porém numa tentativa também de “camuflar” e evitar o possível desgaste herdado pelas políticas privatistas do passado?**

Acho que sim, ao menos o modelo de PPPs que tem sido promovido pelas instituições internacionais de desenvolvimento e pelos governos, na prática, é uma forma de “privatização pela porta detrás”. O fracasso das privatizações da década de 1990 levou as empresas privadas a preferir não se envolver com a propriedade da infraestrutura e até também preferir evitar concessões de longo prazo que envolviam um compromisso de investir em infraestrutura. O novo modelo transparece o fato de que o investimento é sempre do Estado, e que o setor privado

se concentra fundamentalmente na extração de lucro, dividendo para seus acionistas. Esta análise é sustentada também pelo fato de que as instituições de desenvolvimento internacional, e lamentavelmente eu devo incluir também aqui algumas instituições das Nações Unidas, têm consistentemente negado um apoio claro e duradouro aos projetos alternativos às PPPs que têm sido defendidos pelos movimentos sociais, os sindicatos, as organizações de defesa de empresas públicas, etc., como ser as “parcerias público-públicas”, as “parcerias público-comunitárias”, e as “parcerias comunitário-comunitárias”. Estas propostas têm sido defendidas no marco das Nações Unidas e de outras instituições, mas eles não apoiam estas alternativas. O apoio maciço que eles dão é para as parcerias público-privadas, que são a forma preferida das grandes multinacionais de serviços e seus aliados nas instituições internacionais e nos governos que defendem as políticas privatistas.

**Que boas experiências de sistemas públicos de saneamento poderiam servir de exemplo para o Brasil?**

Muitas das boas experiências de sistemas públicos de saneamento são do Brasil, embora algumas estejam sendo seriamente afetadas pelas políticas privatistas. Um caso clássico é o do serviço municipal da cidade de Porto Alegre, o DMAE, que atualmente está sendo ameaçado com a privatização, apesar de ter sido mencionado pelo próprio Banco Mundial e outras instituições internacionais como um exemplo de gestão pública de qualidade. Outros exemplos que se deveriam tomar em conta derivam dos processos que estão tendo lugar, como já comentamos, em muitos países que estão revertendo processos de privatização e reconstruindo formas de gestão pública (nacional, estadual, municipal, etc.) dos serviços de saneamento básico. Isso está acontecendo sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, mas também na África, na Ásia e na América Latina. É importante observar esses processos, que são ignorados pelas instituições internacionais de desenvolvimento e pelos governos que promovem políticas privatistas, já que contêm experiências valiosas para o Brasil, como os casos das cidades de Paris e Berlim já mencionados.

**De que forma o Brasil pode ter uma política pública que garanta a universalização do saneamento público com qualidade?**

Acho que na última década o Brasil tinha desenvolvido uma série de condições muito importantes para estabelecer uma política pública com essas características. A criação da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, no marco do Ministério das Cidades, com políticas inspiradas na Constituição de 1988 no que se refere aos serviços essenciais, foi um momento marcante da etapa recente. A Lei 11.445/2007 de Saneamento Básico, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) também iniciado em 2007, o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) de 2013, e outras diretrizes e ações importantes conformaram um leque de mecanismos institucionais provavelmente inédito na história recente da América Latina no setor de saneamento básico, pela escala e magnitude dos programas e do investimento. Claramente, não se trata de mecanismos perfeitos, e como sabemos sua implementação tem confrontado inúmeros problemas, incluindo os lamentáveis eventos de corrupção público-privada, a forma mais antiga de PPP que já conhecemos. Mas eu acredito que o país não pode abrir mão dessas experiências, que lamentavelmente correm o risco de ser completamente erradicadas e trocadas por políticas regressivas, que

podem trazer um enorme retrocesso para o país. É urgente retomar o caminho de formulação de políticas públicas orientadas pelos objetivos da universalização, da igualdade, da inclusão social, da participação cidadã substantiva, não meramente eleitoral, baseada em mecanismos de democracia direta, que promova um maior controle social sobre os políticos profissionais, os especialistas, as instituições de governo e as empresas públicas. Muitos destes aspectos democratizantes ficaram somente no papel e não foram implementados na prática sequer durante os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores, também porque a implementação dessas políticas democratizantes confrontou enormes resistências dos setores conservadores que rejeitam essas transformações do status quo.



...o modelo de PPPs que tem sido promovido pelas instituições internacionais de desenvolvimento e pelos governos, na prática, é uma forma de “privatização pela porta detrás”



**Que projetos a Rede Internacional WATERLAT-GOBACIT desenvolve e como se dá sua atuação na América Latina e no Brasil no que diz respeito ao acesso universal à água?**

Nossa Rede está dedicada ao estudo dos diversos aspectos que devem ser considerados para aprofundar o processo de democratização da política e da gestão da água. Colocamos ênfase em três questões fundamentais. Em primeiro lugar, a compreensão do caráter capitalista da política e da gestão da água, porque entendemos que a dinâmica central que estrutura majoritariamente as decisões políticas e as ações de governo e gestão da água no âmbito mundial ocorrem de acordo com o processo de acumulação do capital. Em segundo lugar, contribuir em aprofundar o entendimento da “gênese da indefensabilidade” em relação à água. Damos prioridade a pesquisas que focam nos processos de produção da indefensabilidade que afeta amplos setores da população que convive com ameaças à vida causadas por diversos aspectos da política e a gestão da água. Em terceiro lugar, nossa rede visa aportar à construção de formas alternativas de política e gestão da água, que estejam orientadas pelos ideais da igualdade, da inclusão, da reciprocidade, da defesa dos bens comuns, dos bens públicos, e do processo de democratização substantiva, não meramente formal, de nossas sociedades. A Rede WATERLAT-GOBACIT se consolidou a partir de um projeto de pesquisa sobre os impactos da privatização dos serviços essenciais de saneamento, o Projeto PRINWASS, que foi concluído em 2004. PRINWASS estudou casos de privatização da água na África, América Latina e Europa na década de 1990. Nossos membros no plano internacional trabalham um amplo leque de temáticas relacionadas com o acesso universal à água. Desde lutas contra os impactos negativos da mineração, do desmatamento, dos agrotóxicos, etc., os efeitos dos grandes desastres hídricos, incluídas as epidemias de veiculação hídrica, até aspectos culturais das lutas pela democratização da política e da gestão da água.

# Sindiagua no Congresso Nacional da CTB

Representantes da direção do Sindiagua marcaram presença no 4º Congresso Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) que aconteceu em Salvador, entre os dias 24 e 26 de agosto de 2017. O evento reuniu 1,2 mil sindicalistas do Brasil e do mundo e marcou os dez anos de vida da central, fundada em 12 de dezembro de 2007.

O tema "Democracia e luta em defesa do emprego e dos direitos" direcionou os três dias de congresso, que contou com a realização do seminário internacional "A crise econômica global e o mundo do trabalho". A programação incluiu ainda painéis que debateram temas como as reformas trabalhistas e previdenciária.

Durante o congresso, os trabalhadores e trabalhadoras do Saneamento e Meio Ambiente de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Ceará (representados pelo Sindiagua) se reuniram para alinhar as ações e construir uma agenda de lutas da categoria. A pauta do encontro foi o programa de privatização do Governo Federal (PPI) sobre o setor e as formas de luta e resistência da categoria.

A exemplo do congresso estadual, a direção do Sindicato apresentou uma moção de repúdio contra a política de privatização do Governo Temer que foi aprovada e será enviada à Presidência da República, ao Governo do Ceará, ao Ministério das Cidades e ao BNDES. Confira abaixo o texto da moção.

A nova direção nacional da CTB foi eleita durante o Congresso, tendo Adilson Araújo reeleito para a presidência da Central. O plano de lutas da CTB reforçou a necessidade de a classe trabalhadora caminhar unida, para promover o enfrentamento da agenda de retrocessos do Governo Temer.



O presidente do Sindiagua, Jadson Sarto, com sindicalistas do setor de saneamento



Momento em que a direção do Sindiagua apresentou moção de repúdio contra a privatização/PPP da água na mesa do Congresso Nacional da CTB

## Moção de repúdio e protesto contra a política de privatizações do setor de saneamento patrocinada pelo Governo Temer

### Apresentada pelo Sindiagua e aprovada no Congresso Nacional da CTB

Os trabalhadores e trabalhadoras participantes do 4º Congresso Nacional da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) vêm a público repudiar veementemente a política de privatizações do Governo Temer que, através de financiamento do BNDES, visa entregar o setor de saneamento dos estados brasileiros à iniciativa privada por meio da venda de companhias estatais, concessões ou Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Experiências nacionais e internacionais comprovam que entregar o serviço de saneamento à iniciativa privada traz enormes prejuízos aos trabalhadores e à sociedade. Nos últimos anos, mais de 260 cidades do mundo, entre elas Buenos Aires, Berlim e Paris, tomaram de volta o serviço de saneamento após as gestões privadas terem resultado em demissões em massa, aumentos exorbitantes de

tarifa e queda na qualidade do serviço prestado. Os números comprovam que a reestatização é uma tendência mundial e o Brasil não pode ir na contramão, violando gravemente o direito humano à água e ao saneamento.

Assim, reivindicamos a imediata suspensão da política de privatizações bem como a retirada dos estados brasileiros do programa de financiamento do BNDES e do Governo Temer que visa entregar o serviço de saneamento (essencial à garantia da saúde pública) para grupos privados que colocam o lucro acima dos direitos da sociedade.

Deixar a água, um bem cada vez mais escasso, nas mãos de empresas privadas é fazer com que a lógica do capital se sobreponha ao interesse coletivo e público. Água é direito e não mercadoria!

## Moradores de Teresina (PI) denunciam água barrenta nas torneiras, poucos meses depois de privatização

O serviço de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto em Teresina passou para as mãos de uma empresa privada no dia 7 julho deste ano, em forma de subconcessão. Pouco tempo depois, no final de agosto, moradores da zona sul da cidade relataram que a água chegou barrenta nas torneiras. A denúncia repercutiu em vários veículos locais de comunicação e a empresa Águas de Teresina, que hoje é responsável pela operação e manutenção do sistema, não apresentou nenhuma explicação convincente à população.

Sobraram queixas dos moradores da cidade:



“Essa é a qualidade da água da nova empresa Águas de Teresina. Estão fazendo agora é chocolate na torneira, não é mais água. Quer um cafézinho com leite

ai?”, ironiza um dos moradores, que não quis se identificar na reportagem do portal G1.

O contrato de subconcessão assinado com o Governo do Estado permite que a Águas de Teresina administre o setor de saneamento pelos próximos 30 anos. “É mais um fato que mostra como a gestão privada não garante eficiência no serviço. Ao contrário, as pesquisas apontam que a qualidade do saneamento cai nas mãos e empresas privadas, prejudicando a população”, critica Jadson Sarto, presidente do Sindiagua. (Fonte: G1)

# Sindiagua dá boas-vindas aos novos cageceianos

A direção do Sindiagua foi à Cagece dar boas-vindas aos novos cageceianos que foram recentemente convocados do cadastro de reserva do último concurso. Durante as reuniões, o Sindicato fez um relato sobre a história da entidade e a luta pela realização do concurso e a convocação do cadastro.

Após muita pressão do Sindicato, a Cagece realizou, nos últimos meses, um bom número de convocações de novos empregados. Com isso, finalizado o prazo do concurso, foram chamados ao todo 772 aprovados(as), sendo 457 do cadastro de reserva (cerca de 73% deste contingente). “A realização do último concurso e as convocações foram importantes conquistas do Sindiagua, da categoria e dos aprovados. Sabemos que não foi o ideal. Nossa luta era pra que todo o cadastro de reserva fosse convocado. Mas obtivemos avanços e vamos seguir defendendo e ampliação do quadro de funcionários de carreira na empresa”, ressalta Jadson Sarto, presidente do Sindiagua.

Vários novos concursados reconheceram a luta da entidade e manifestaram preocupação com o fantasma da privatização/PPP. A direção do Sindicato



ressaltou que a força dos novos empregados será fundamental para vencer essa batalha.

Muitos cageceianos novatos que vieram do interior se hospedaram na sede do Sindiagua em Fortaleza para participar do treinamento inicial da empresa. “A última reforma que fizemos na sede contribuiu para melhorar a estrutura dos dormitórios. Agora o trabalhador(a) tem a opção de ser acolhido aqui com toda estrutura de dormitório, ar condicionado, internet e TV por assinatura”, reforça Jadson.

**“Valorizo muito a militância e a luta sindical e, no momento difícil do Brasil que vivemos hoje, é muito importante somarmos forças com o Sindicato. Agradeço o Sindiagua pela acolhida e empenho na realização do concurso e na convocação”**



Marnio Soares  
Técnico em contabilidade da UNBPA. Concursado novato.

## CONCURSO E CONVOCAÇÃO: UMA LUTA HISTÓRICA

- Primeiramente o Sindicato lutou muito junto com a categoria para conseguir que o concurso público fosse realizado. Foram 12 anos até que o certame acontecesse em 2013.
- Logo após o resultado do concurso, teve início a luta para que a Cagece iniciasse as convocações. A reivindicação sempre foi pautada em mobilizações, nas reuniões de MENP e em reuniões com diretoria e a presidência da Cagece.
- Foram realizadas reuniões na sede do Sindicato com grupos do cadastro de reserva para unificar a luta.
- O Sindiagua começou a incluir a necessidade de convocações também nas pautas de reivindicações das campanhas salariais. Isso foi fundamental para que, em 2015, a prorrogação do concurso fosse inserida no Acordo Coletivo.
- Foi travada mais uma luta para que o governo publicasse no Diário Oficial do Estado a prorrogação.
- Foram realizadas audiências públicas na Assembleia Legislativa duas vezes para discutir o assunto.
- Foi realizada uma campanha nas redes sociais reivindicando a convocação.
- Durante as negociações do PRSP (Plano de Reconhecimento pelos Serviços Prestados), foi uma reivindicação do Sindiagua que, em eventuais desligamentos de empregados, fossem convocados aprovados do cadastro reserva.

## ACT 2017/2018 está em vigor

O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2017/2018 foi homologado no último dia 17/08 e a categoria já recebeu o retroativo das diferenças de pagamento. Uma série de impasses na revisão do texto do Acordo provocou uma demora além do comum na homologação. Isto porque, ao receber da Cagece a minuta do Acordo, a direção do Sindiagua percebeu que foram inseridas alterações que não haviam sido discutidas na assembleia geral. Até chegar à solução dos impasses, foram várias discussões. “Todos os anos, a revisão de acordo coletivo é feita com muito cuidado e cautela pela direção e assessoria jurídica do Sindiagua para que não seja homologado um texto diferente do que a categoria aprovou. Este ano, detectamos situações na minuta do ACT que poderiam trazer prejuízos à categoria. Houve muita dificuldade, mas conseguimos chegar a um fechamento da redação”, relata Jadson Sarto, presidente do Sindiagua.

Entre as dificuldades encontradas estava a insistência da Cagece em tirar o direito dos trabalhadores que se enquadram na jornada de 12x36 horas de optar pelo final de semana de folga. A Companhia também quis fechar uma redação que praticamente obrigaria o trabalhador da escala 12x36 horas a permanecer na empresa durante o horário de almoço, sem qualquer compensação financeira. “Conseguimos com insistência corrigir esses abusos. Superada essa fase, agora é hora de fiscalizarmos o cumprimento do ACT”, afirma Jadson.

## NOTA DE PESAR

Manifestamos pesar e solidariedade pelo falecimento da sra. Raimundinha de Sá Brandão, mãe do companheiro e diretor do Sindiagua Carlos Sá (SAAE de Sobral); do companheiro do SAAE de Jaguaribe Severiano (conhecido como Severino); do companheiro João Batista Sales Filho (UNMTS); do companheiro aposentado Luis Ferreira Feitosa, pai dos companheiros Luzmar Ferreira Feitosa e Luis Carlos Ferreira Feitosa (ETA Gavião); da sra. Maria de Lourdes Casemiro de Andrade, mãe do companheiro e diretor do Sindiagua Raimundo Casemiro de Andrade (UNBCL); da Sra. Maria Lais Cabral de Araújo, mãe da companheira aposentada Maria Letícia Lins de Araújo (GAPRE); da Sra. Beatriz de Sousa Almeida, mãe da companheira Sandra Nazaré de Sousa Almeida (UNMTL); da Sra. Maria Moura dos Santos, mãe do companheiro Gabriel Alves dos Santos (GOMED); da Sra. Hosana Xavier de Matos, mãe do companheiro Fernando Antônio Xavier de Matos (UNMTL); e do Sr. Raimundo Nonato, pai do companheiro Francisco Everton (Cagece Conj. Ceará).



Informativo produzido pelo Sindiagua - Direção executiva: Jadson Sarto, Angelo Oliveira de Pontes, Joel Lopes de Sales, Antonio de Oliveira, Rui Basílio Gonçalves, Antonio Carlos Sá Brandão, Antonio Marcus Vinícius Catunda Guerra, Linardi Silva Crispim, Rivelino Cardoso Xavier Teles, Maria Goreti Araujo, Haroldo Heitor Ribeiro e Ana Lucia de Oliveira - Diagramação e textos: Paulo Marcelo Freitas (CE01196JP) - Endereço: Rua Solon Pinheiro, 745 - Fortaleza/CE CEP: 60050-040 - Fone: 85 3254.4097 - [sindiagua@sindiagua.org.br](mailto:sindiagua@sindiagua.org.br)



Comunicação Sindiagua



Sindiagua\_ce



[www.sindiagua.org.br](http://www.sindiagua.org.br)